



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150784 - SC (2021/0232888-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ  
RECORRENTE : A S C (PRESO)  
ADVOGADOS : FÁBIO AMÁBILE PATRÃO - SC013149  
FABIAN FREITAS BITTENCOURT - SC025605  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A S C contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5032627-94.2021.8.24.0000/SC).

O recorrente foi preso preventivamente como incurso nos arts. 121, § 2º, incisos I, III e IV, do Código Penal, e 2º da Lei n. 12.850/2013.

Sustenta que o decreto constritivo careceria de fundamentação idônea, estando lastreado na gravidade abstrata dos delitos que lhe foram imputados.

Alega que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que os indícios de que integraria organização criminosa não seriam suficientes para a imposição da medida extrema.

Argumenta que não haveria contemporaneidade entre os fatos que lhe foram imputados e o encarceramento provisório, o que ofenderia o art. 315, § 1º, do código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, seja determinada a sua imediata soltura, aplicando-se, caso necessário, medidas cautelares diversas e, no mérito, pugna pelo provimento do reclamo para que lhe seja concedida liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fl. 49):

*Assentadas referidas considerações, verifica-se que o encarceramento preliminar restou devidamente motivado.*

*Isso porque, conforme explicitado quando da apreciação do pedido liminar, a prova da materialidade dos atos ilícitos atribuídos ao paciente, bem como os indícios de autoria estão comprovados por meio do duradouro procedimento investigativo constante dos autos n. 5085701-28.2020.8.24.0023, que contou com boletins de ocorrência, fotografias, laudos periciais, relatórios policiais, depoimentos extrajudiciais, além de outros documentos constantes do Evento 1 e reproduzidos pelo magistrado na*

*decisão supra indicada.*

*Além disso, o periculum libertatis está caracterizado pela gravidade concreta dos crimes praticados, principalmente aquele contra a vida, aliado ao fato de que as informações constantes do processo indiciário dão conta de que o paciente faz parte de uma facção criminosa conhecida (PGC), aspectos mais do que suficientes para conservar a prisão cautelar como forma de acautelamento da ordem pública, obstando a aplicação de medidas cautelares diversas do encarceramento.*

*[...]*

*De outro ponto, imperioso destacar que a via eleita não permite o exame aprofundado de provas a respeito da autoria delituosa, bastando indícios suficientes do aspecto incriminador dos tipos penais em questão, de sorte que eventual discussão deverá ser travada durante a instrução criminal, momento propício para o deslinde da questão.*

*Cumpra salientar, no mais, que o fato de o paciente deter bons predicados não é suficiente para, isoladamente, tornar inexecutível a decretação de sua prisão preventiva, uma vez que tais circunstâncias, que pendem favoravelmente aos acusados encarcerados, são prostradas quando da verificação da necessidade de sua segregação cautelar.*

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência